01 NOV 2005 JORNAL DE BRASÍLIA

# Meta de superávit do ano é atingida em setembro

O arrocho fiscal, por meio da economia feita pelos governos federal, estaduais, municipais e pelas empresas estatais para o pagamento dos juros da dívida nos primeiros nove meses já ultrapassou a meta prevista pelo Executivo para todo o ano de 2005.

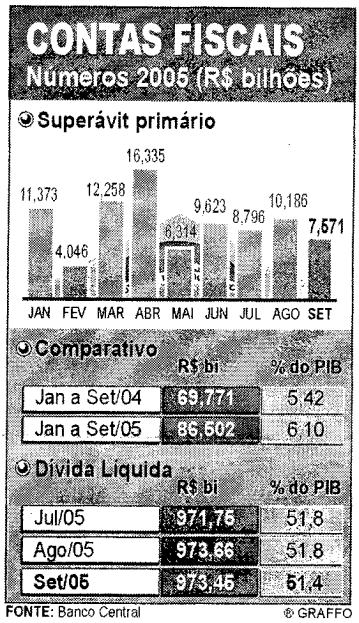
Entre janeiro e setembro, o superávit primário (receitas menos despesas, excluindo o pagamento dos juros) alcançou R$ 86,502 bilhões, o equivalente a 6,1% do Produto Interno Bruto (PIB) projetado para o ano.

A meta para todo este ano estipulada pelo governo federal é atualmente de R$ 83,849 bilhões, ou 4,25% do PIB. Se depender do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e de outros membros da equipe econômica, essa meta deve ser superada, com folga, em 2005.

**DÉFICIT** – Apesar de todo o esforço feito pelo governo, essa economia tem sido insuficiente para o pagamento dos juros da dívida. Os gastos para o pagamento de encargos somaram entre janeiro e setembro R$ 120,149 bilhões, 26,1% maior que o do mesmo período do ano passado (R$ 95,284 bilhões).

O aumento dos gastos reflete o aperto monetário determinado pelo Banco Central, que manteve a taxa básica de juros (Selic) em no mínimo 19% durante boa parte deste ano.

O resultado do aumento das despesas com juros foi um déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo os gastos com juros) de R$ 33,647 bilhões (2,37% do PIB) acumulado nos nove primeiros meses deste ano.




**CONTRIBUIÇÕES** – Para o o superávit de R$ 86,502 bilhões acumulado neste ano, o governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS) contribuiu com R$ 53,534 bilhões, e os governo regionais com R$ 19,050 bilhões. Já as estatais registraram no período um superávit de R$ 13,988 bilhões.

No mês passado, o superávit primário foi de R$ 7,571 bilhões. A maior contribuição veio do governo central, que economizou R$ 2,930 bilhões. Os governos regionais registraram um superávit de R$ 1,737 bilhão e as estatais, de R$ 2,903 bilhões.

Já os gastos com juros somaram R$ 14,461 bilhões. Com isso, o déficit nominal foi de R$ 6,891 bilhões – bem maior que o registrado em agosto, que foi de R$ 3,238 bilhões.